

ATA ASSEMBLEIA GERAL 31/03

Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos estudantes da FDRP, convocada pelo Centro Acadêmico Antonio Junqueira de Azevedo da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, tendo sido convocada pelo Edital 003/07.

A primeira chamada da Assembleia foi às 10h, não tendo sido atingido o quórum requisitado pelo estatuto, fez-se uma nova chamada às 10h20, horário em que se iniciou a Assembleia Geral. O término da Assembleia se deu às 12h20. A Assembleia Geral foi presidida por Myllena Felix Sampaio, presidente da gestão 2015/2016 e secretariada por mim, Lucas Vieira Carvalho, 1º secretário da gestão 2015/2016.

Presentes: Estavam presentes na Assembleia 122 pessoas, que assinaram a lista de presença. *A lista se encontra em poder do Centro Acadêmico e está disponível para consulta por qualquer associado.*

PAUTA

Posicionamento da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto perante o Impeachment e a Operação Lava-Jato; Participação de mestrands em bancas do TCC; Transmissão ao vivo das reuniões da Congregação.

ATA

Myllena Sampaio fez a fala inicial da Assembleia Geral, destacando a pauta a ser discutida no dia. Vamos iniciar pela transmissão ao vivo das reuniões da Congregação e passou a palavra para André para ele elucidar essa situação.

André Antonietto disse que é previsto no regimento geral da USP que as reuniões da Congregação são restritas aos seus membros. Esse entendimento gerava um efeito de sigilo das reuniões. Hoje, se um aluno quiser participar de ouvinte da reunião da Congregação, ele não pode. Houve uma alteração no regimento geral que manteve a redação da reunião restrita, mas manteve a possibilidade para que os colegiados deliberem ao vivo as suas sessões. A proposta é que se pautem na Congregação para que as reuniões da unidade sejam transmitidas. O regulamento fala inclusive de sessões de colegiados, podendo, após uma aprovação na Congregação.

Indagou-se à Assembleia: **As reuniões da Congregação devem ser transmitidas ao vivo?** O resultado do pleito foi a aprovação por aclamação.

A próxima pauta a ser tratada pela Assembleia Geral é a participação dos mestrands enquanto avaliadores da banca do TCC. O professor Jair Cardoso que estava presente na Assembleia Geral dos Estudantes veio expor esse assunto, pois a proposta na Congregação partiu dele. Comentou sobre a participação discente nas esferas deliberativas e reforçou que só estava lá enquanto esclarecedor do assunto e que não participaria da deliberação.

Ele explicou que em todas as universidades que têm pós-graduação e graduação, há um pedido da sinergia entre ambas iniciativas. Como quando a faculdade foi criada, não havia pós-

graduação, o nosso regimento não previa essa questão. A proposta do professor era, que assim como existe em outras faculdades, a possibilidade de mestrandos atuarem enquanto avaliadores da banca do TCC. Isso vai acontecer porque o estudante de graduação vai aprender com isso, tendo uma visão de um ex-graduando, que terá uma ideia dos limites a serem cobrados. Em relação à questão administrativa, pensamos em uma subida aos órgãos externos (Capes), melhorando a avaliação externa. O mestrando, ao fazer a avaliação, está fazendo um ato pedagógico, auxiliando no seu aprendizado. Dessa forma, a proposta seria a adequação do regimento a essa situação.

João Pedro Fazoli perguntou ao professor Jair sobre uma das questões colocadas seria a participação do mestrando enquanto obrigatória ou enquanto faculdade do estudante. Além disso, pediu esclarecimentos sobre o estudante ou o orientador escolherem o mestrando.

O Professor Jair Cardoso explicou que o regimento permitirá a participação de estudantes na banca. Afirmou que não será obrigatória a presença do mestrando; existe a possibilidade regimental do mestrando participar. Afirmou que cada orientador tem uma maneira de agir. O intuito do orientador não pode ser escolher um mestrando a fim de prejudicar o estudante. Vai haver a possibilidade da participação do mestrando. Essa montagem se dará em uma conversa entre montador e o aluno. Dessa forma, não se prejudicará uma questão mais dinâmica.

Luis Moraes quis saber se a interface mestrado e graduação não seria plenamente satisfeita se os mestrandos fossem coorientadores dos TCCs e não simplesmente avaliadores dos TCCs. Isso porque os mestrandos não teriam o domínio efetivo da metodologia da pesquisa científica. Para ele, seria um grande limitador, permitindo contribuições de outras maneiras.

O professor Jair Cardoso pontuou novamente que não quer participar das deliberações discentes, para nos dar liberdade para as decisões. Comentou sobre as avaliações constantes, além de uma disciplina de metodologia dentro do curso de mestrado. A participação enquanto coorientador só poderia ser viabilizada enquanto ele participasse da banca. De certa forma, se houver a aprovação da participação na banca, o orientador poderia convocar a ajuda de mestrandos enquanto coorientadores. Comentou sobre a sua experiência pessoal de que alguns de seus mestrandos auxiliam alguns de seus orientandos em ICs e TCCs. Certamente que a participação constituirá uma certificação aos mestrandos.

Myllena Sampaio pontuou que nas deliberações do processo de vista não houve a clareza sobre a obrigatoriedade ou não da participação.

Hugo Rezende disse que a formação de banca é feita pelo orientador, normalmente, consultada pelo aluno. E por fim, há um endosso pela Comissão de Graduação.

Luis Moraes afirma que, em sua visão, a avaliação do mestrando não deveria contar na qualificação final, porque crê que a avaliação dele não é totalmente qualificada. Luis disse que o mundo universitário tem diversos doutores, e não há muito sentido na avaliação de mestrandos, podendo perder qualidade nos trabalhos.

Maurício Lemes discorda de Luis, dizendo que já participou de ovinde de algumas bancas de TCC. E disse que um ponto que tem que ser avaliado é que a experiência dele demonstra que não são todos os professores da faculdade que têm compromisso sério com a participação dentro da banca. Afirmou que viu alguns docentes que sequer leram o trabalho de forma crítica. O mestrando traz uma qualidade no sentido de trazer uma maior seriedade no sentido da

avaliação. Teríamos que tomar cuidado de que o fato de ser professor nem sempre vai fazer a avaliação correta.

Saulo afirmou que há reuniões de colegiados nos quais os professores afirmam que alguns alunos seriam mais qualificados para isso. Deu o exemplo de que na sua pesquisa, André conhece mais o assunto sobre seu próprio orientador. Pergunta porque restringiríamos a participação, entendendo que o mestrando tem qualidades e que veneraríamos a hierarquia.

Eller Aguiar disse que foi contemplada pelas falas de Maurício e Saulo. Afirmou que em sua experiência, os mestrandos tiveram experiências muito mais construtivas do que muitos orientadores. Foi uma contribuição muito positiva.

Para Luis Moraes, a aprovação de mestrandos participando, talvez piore a situação porque sobrecarrega ainda mais o foco da avaliação dentro dos mestrandos. O medo é a perda da qualidade das avaliações. Afirmou que a qualidade acadêmica existe e não pode ser desconsiderada pelos membros da Academia. Infelizmente, existe uma hierarquia e é isso que se segue dentro da Academia e não se pode ignorar isso. Pode soar autoritária essa fala por parte dele, mas anos de estudo envolvem essa hierarquia.

Lucas da Costa queria dizer que colocar o mestrando só na banca sem avaliar, não faz sentido a presença. Discorda no Maurício no sentido de que os docentes vendo mestrandos se dedicando talvez se dediquem com mais afinco à avaliação. Ele concorda que o mestrando não pode ser comparado em questão de qualificação. Afirmo que desconhece a questão da metodologia e avaliação dentro do mestrado.

Hugo Rezende pontuou duas coisas: o critério geral é que quem tem o título pode conferir esse título, quanto a isso, não havendo muitos problemas, já que doutores concedem títulos de doutores e outros casos análogos; em geral, o mínimo exigido pelo regimento é que haja pelo menos dois professores. Pelo número dos professores da unidade, cada um deles pega pelo menos 5 bancas. Dessa forma, o número grande de bancas faz com que os docentes não consigam se preparar de forma adequada do que um mestrando faria. Além disso, os mestrandos convidados seriam conhecedores do assunto. A avaliação do orientador juntamente ao aluno no momento de compor a banca seria justamente esse momento de ponderar essa situação.

Yuri Barreira perguntou se o aluno teria a liberdade de decidir se ele ou se seria o orientador. Hugo Rezende explicou que o orientador é o responsável por endossar essa questão, expondo que a maioria deles faz juntamente aos alunos.

Myllena Sampaio falou que podemos fazer a deliberação com essa ressalva.

Vinicius Drago comentou que na época em que essa discussão surgiu, ele era representante discente da Congregação juntamente ao Jesus. O voto deles foi no sentido da possibilidade de haver a participação do mestrando na banca e foi, minimamente regrado, pela Congregação. Afirmo que ele se mantém na impossibilidade de o mestrando dar nota. Ele acredita que tem um problema estrutural grande em relação à quantidade de TCCs avaliados pelos professores. Porém, pensa que não é adequada essa solução do mestrando enquanto avaliador. Afirmo que todas as benesses do mestrando na banca podem ser muito bem contempladas pela simples presença do mestrando e não da avaliação dele. Ele acha um pouco temerária essa questão.

André Antonietto pontuou que atualmente, a banca precisa de pelo menos dois professores (o orientador e outro). A questão em jogo é a participação do mestrando enquanto terceiro

membro. Não está no cenário a possibilidade de uma banca somente com o orientador e o mestrando.

Hugo Rezende afirma que o que fica de problema nisso é que não se está devolvendo nada para o mestrando, porque ele não pode colocar no Lattes essa participação, pelo fato de não poder avaliar.

Renato Ferrari afirma que a questão será sobre a obrigatoriedade ou não da medida. Disse que a deliberação deveria ser pela faculdade da participação do mestrando. O bom é que o mestrando vai avaliar com seriedade. Nesse sentido, a obrigatoriedade estaria afastada e a decisão seria pela faculdade.

Lucas da Costa pontuou sobre a obrigatoriedade. Ele pensa que mesmo que se delibere para que haja a faculdade, não haverá a possibilidade de escolha do aluno pela grande quantidade de alunos. Se houver essa faculdade, deve ser expresso que o aluno tenha poder de veto sob essa participação. É muito teórica a participação e o veto dos alunos. Lucas também pontuou se o mestrando seria especialista ou não no tema em que se está falando. Para ele, deveriam ser citados elementos objetivos para a escolha.

João Pedro Fazoli afirma que a obrigatoriedade não é uma demanda discente. Desde o primeiro momento, não se defendeu no âmbito discente a obrigatoriedade.

Saulo disse que há os critérios de escolha exatamente por isso.

Com todas as dúvidas esclarecidas, a Assembleia decidiu colocar em deliberação a seguinte questão: **Você concorda com a participação facultativa de mestrandos em banca de TCC?** O resultado do pleito foi a aprovação por maioria visual, havendo seis votos contrários e onze abstenções.

Entrando no próximo assunto previsto em pauta, Myllena Sampaio lembrou da situação em que um aluno do Direito USP carregou uma placa. Deixou claro o seu ponto de vista, que acha muito complicado que se um percentual optar por uma parcela, veicular uma opinião enquanto corpo discente. É interessante o voto para que isso saia de certa forma em uma nota. Porque isso já foi veiculado em diversos lugares. É muito complicado pegar uma máxima e tratá-la enquanto verdadeira.

Mariana Maior disse que a sua família viu essa foto, foi vazada no seu grupo de família. Já se utiliza a USP enquanto argumento de autoridade nesse contexto.

Gubran Smaili disse mais sobre o sentido formal de que o movimento estudantil é feito pela democracia participativa. É um tempo a ser dedicado; discorda da Myllena no fato de que esse ponto de vista deslegitima a questão da legitimidade. A gestão tem todo o poder de fala para falar enquanto uma gestão que foi eleita. O posicionamento escolhido será o posicionamento da gestão.

Saulo Borges disse que poderemos abarcar isso na redação do nosso documento; quando houver a redação da nota, colocando os principais argumentos de todos os lados, enriquecendo a discussão.

João Pedro Fazoli pontuou que aqui discutiríamos sobre a deliberação em si; não podemos contar com que todos saibamos o que está acontecendo. Se vamos discutir sobre os aspectos formais, demoraríamos muito.

Mariana Belinotte disse que, nesse momento de uma assembleia para um posicionamento, vamos centralizar a questão e a posição derivada dos alunos. Aqui vamos discutir as questões. Precisamos centralizar uma posição discente, se não fica muito esparramado.

João Palhuca pontuou sobre a questão da Semana de Minorias, falando que havia pouquíssimos estudantes. Myllena Sampaio quis complementar que o fomento das discussões tem que ter presença das pessoas. João Palhuca, para encerrar, que todos podem escolher que se querem ou não discutir.

Poliana Kamalu afirma que é importante ceder esse medo de alguns posicionamentos contrários. As pessoas que reclamam só vão no Direito USP. Estamos vendo um momento de crise histórica.

Laíssa Furili disse que foi contemplada com as falas. Se a Assembleia foi deliberada nos termos corretos, se teve o quórum correto, as decisões que saírem daqui serão legítimas; quem não está aqui, abriu mão de fala. Desde que ela organiza as coisas, as pessoas não participam. Diz que a nota precisa de "a gente decidiu isso". Quem quiser se movimentar por fora, que se movimente. Se formos desdobrar várias vertentes, para desenvolver uma nota na qual a faculdade de direito concorde, a nota perde legitimidade.

Lucas Massoni responde que respeita os posicionamentos. Aqueles que estão aqui estão preocupados com o país. Teríamos de respeitar a pluralidade de pensamentos. Nós não podemos falar por todos os presentes.

Deborah Novaes disse que nessa semana haverá um ato a favor do impeachment na San Fran, mesmo depois de um posicionamento contra. Temos legitimidade porque agora é a hora porque a Assembleia é um instrumento legítimo.

Saulo Borges queria encaminhar uma proposta. Lançar uma nota estipulando os termos da Ata do Centro Acadêmico. Encaminhar as principais ideias. **Fazer a votação com os principais posicionamentos dos alunos, nesses termos com os percentuais da deliberação final.** Faremos essa deliberação após as falas.

Laysi Silva afirmou que qualquer posicionamento que tivermos nesse momento será político.

Guilherme Faleiros se sentiu contemplado pela fala da Jump e queria acrescentar que no momento atual, as instituições estão dando posicionamentos binários e que nesse momento, o nosso posicionamento será uma fala política.

Luis Moraes concorda com a fala, e que o 50% mais um de um posicionamento será suficiente. A Assembleia é órgão máximo de deliberação. Os estudantes estão aqui e poderiam estar por livre e espontânea vontade.

Poliana Kamalu disse que quer levantar a questão sobre o que queremos votar. É importante elucidar que essa Assembleia foi chamada, por já ter sido dado às caras um posicionamento que não contemplou muitas pessoas. Preocupa a ela esmiuçar muito a nota, porque foi a público uma vez, um posicionamento uma vez sem legitimidade. Precisamos pontuar sobre o que estamos votando a fim de que a gestão tenha condições de redigir uma nota.

Laura Campos reitera o posicionamento de que a assembleia é o órgão máximo. Temos de respeitar a opinião alheia, mas precisamos de um posicionamento. Não faz sentido uma nota em cima do muro, só vai reiterar o que já se sabe. Para ela, deveríamos estar pensando em outras medidas além da própria nota.

Mariana Figueiredo foi contemplada; na nota não precisamos esmiuçar bastante; porque se a pessoa quiser expressar as particularidades das opiniões delas, elas podem fazê-lo em seus posicionamentos particulares. Não é possível para colocar em uma nota o pensamento de todos os alunos.

Sthéfani Luane afirma que o posicionamento do direito foi colocado naquele cartaz. Aquela pessoa colocou o posicionamento; agora aqui, estamos aqui para considerar se o coletivo concorda ou não. É a democracia, se formos contra a democracia, vamos ficar tirando percentuais.

Laíssa Furili fez uma proposta para deliberação para a escrita da nota: **definir alguns eixos; colocamos o nosso posicionamento, sem percentual, unânime, com alguns pontos principais.**

Hugo Rezende disse que concorda com uma nota. Estamos realizando a discussão sobre a ata, que será pública e as pessoas podem vê-la.

Dessa forma, a Assembleia fez a seguinte deliberação: **A redação da nota contendo o posicionamento do corpo discente deve contar as diretrizes estipuladas pelo Saulo ou pela Laíssa?** Mais uma vez esclarecidas e lembradas quais as propostas de cada um deles, houve 66 votos para a proposta da Laíssa; 22 votos para a proposta do Saulo e duas abstenções.

Por questão de ordem e de tempo apertado, sobre a questão do mérito do impeachment, a Assembleia deliberou que um dos presentes falaria a favor do impeachment, enquanto outro falaria contra.

Othon falou sobre a defesa do impeachment. Ouviu muito na faculdade em relação à contrariedade do impeachment baseado em um trabalho da Turma VIII feito em 2015, sendo processo do Impeachment mudado desde então. Houve uma roda de debate sobre o impeachment; os dois que palestraram foram contra. Não houve contraponto, ferindo a questão da pluralidade de opiniões. Houve a presença de dois professores contrários ao processo. Partindo à questão técnica do processo de Impeachment, principalmente pelo projeto do Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Junior sobre a questão de crime de responsabilidade fiscal. Dentro do crime de responsabilidade, o orçamento é um bem público, caso não se respeite o orçamento, haverá questões gravíssimas ao bem-estar social. A partir do momento em que o governo se apropria da máquina pública, e maquia os dados, ele está se valendo de uma vantagem indevida. O governo promove as manobras fiscais, consegue maquiar o cenário, passando uma noção do cenário político incondizente com aquele que acontece e no final de 2014, propõe uma revisão da Lei de orçamento. Primeiro ganha-se a eleição, para depois fazer a revisão. Dentro do processo da Janaina, isso é considerado crime de estelionato federal. Outro ponto: houve um rombo apurado de 40 bilhões no orçamento. Quando não se respeita o orçamento, não se obtém a confiabilidade do mercado, aumentando o dólar, recaindo justamente sobre a questão da indústria; um desencadeamento de situações que começa com a premissa básica do orçamento. Para corrigir esse cenário, o governo começa a prejudicar as camadas mais pobres, porque perderão emprego e terão programas sociais cortados. No entendimento dele, dentro do que ele leu, entende que houve estelionato federal. Além do mais, a questão da obstrução da justiça, com a nomeação do presidente Lula enquanto ministro também seria um indicativo claro para o impedimento da presidente.

Myllena afirma que a discussão não é somente pautada naquilo que se discutiu na Turma VIII. Quem fez aquele trabalho, deu o argumento foi pautado nisso. O segundo ponto é que muita gente rouba, outros partidos roubam. Por que o roubo é só do PT? O mundo não vai mudar

simplesmente com o pedido de impeachment. Quando o PMDB assumir tem uma agenda pronta para mudar o cenário do país? “Não está bom, vamos tirar”. O impeachment foi aceito pelo Eduardo Cunha simplesmente por ser um jogo político. Ninguém está pensando na população. O que não se pensa sobre o impeachment, é que além de um golpe da democracia, é que sem embasamento legal, será um golpe pelas pessoas que votaram nela. Ontem, foi contemplada a fala de que isso enfraquece as nossas minorias representativas. O que está ocorrendo é praticamente uma higienização do nosso contexto político e social. A maioria dentro do nosso cenário político, está preocupado com a questão do racismo, LGBTfobia, machismo. Não se preocupam com nada disso. Afirma que não se pode apoiar um golpe na nossa democracia. O que é muito peculiar é que no meio desse processo, há um caráter muito fascista. Essa não é a forma de se discutir a democracia brasileira. Quem saiu com a faixa não respeitou ninguém. Muitas falas não foram contempladas ali. Não é só uma questão de impeachment, é uma questão política. Quando ela fala que agora a corrupção está em voga, temos sim de lutar contra a corrupção, mas de uma forma que não exclua pontos e que abranja todo mundo.

Luís Moraes afirma que estelionato eleitoral sempre acontece. Por que só o PT fica responsável por tudo? Alckmin fez a mesma coisa, por exemplo. É preciso criminalizar todos os partidos. Sobre as pedaladas fiscais, foram feitas para cobrir programas sociais. Todos os governadores e presidentes cometem pedaladas e, se for para falar seriamente, todos também precisam ser responsabilizados. É complicado querer tratar o assunto dessa maneira, e não só a aparência, como esse recorte como um todo é golpe, sim.

Em decorrência do tempo avançado da Assembleia, a Assembleia acordou que mais duas pessoas fariam de forma breve, por aproximadamente dois minutos cada, Mariana Belinotte e Kaleo Dornaika. A discussão poderia se estender após as deliberações.

Mariana Belinotte pontuou as seguintes questões. Estelionato eleitoral não está tipificado enquanto crime, portanto, não serve de base legal para o impeachment, já que esse rito requer tipificação, além de violar tratados internacionais. Não vivemos em um país no qual o impeachment tenha dependência de voto de confiança ou voto de queda. Rebateu a questão do superávit primário abordado pela fala do Othon e dizendo que ele ainda é pior para as classes mais baixas, já que é preciso cobrar da população, conseqüentemente das classes mais baixas, para pagar dívida, que seriam resolvidas com uma auditoria e ainda renderia lucro, não com um impeachment.

Kaleo Dornaika rebate Mariana afirmando que a questão não é a tipificação em crime, mas sim a interpretação do crime de responsabilidade fiscal que também envolveria processos administrativos, legitimando o impeachment. Elogia o nível de organização da Assembleia e que, já se chegou nisso, que existe uma forma de contemplar na nota as falas e porcentagens a que se foram referidas ao longo da Assembleia. A Assembleia esclarece que a última deliberação tratou justamente sobre isso, sendo centrada em eixos.

Após as falas, a Assembleia passou a deliberar sobre a questão: **Os discentes da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto são a favor do Impeachment?** O resultado do pleito foram 6 votos a favor, 82 contra e 8 abstenções.

Dessa forma, como previsto durante a Assembleia, a composição de uma nota fazendo referência ao posicionamento dos discentes da FDRP conterá o posicionamento, com destaque de alguns eixos de discussão.

Nestes termos, certifico e dou fé da legitimidade do presente documento,

Myllena Felix Sampaio

Presidente do CAAJA

Gestão 2015-2016